

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007567-26.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **banco panamericano s/a**
 Requerido: **Luciano Aparecido de Moraes**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO com pedido liminar para reaver o veículo descrito a fl. 01, proposta por BANCO PAN SA em face de LUCIANO APARECIDO DE MORAIS, todos devidamente qualificados.

A liminar pleiteada foi deferida (fls. 42); na sequência houve a citação do requerido e a busca e apreensão do bem (fls. 77).

Às fls. 52/61, antes mesmo do mandado cumprido ser encartado aos autos, o requerido trouxe sua defesa, confessando o débito e efetuando depósito para fins de emenda da mora (fls. 78/79).

Na sequência, houve complementação do referido depósito conforme documento de fls. 102.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pelo despacho de fls. 104 foi determinada a restituição do bem apreendido ao postulado, o que foi efetivado a fls. 121.

É O RELATÓRIO.

DECIDO no estado em que se encontra a LIDE por se tratar de questão exclusivamente de direito.

O requerido, exercitando o direito que lhe confere a lei, pleiteou e teve deferida a possibilidade de reaver o bem apreendido, purgando a mora.

Conforme certificado a fls. 103, primeiramente efetuou o depósito de R\$ 9.085,99 e na sequência pagou o montante de R\$ 15.947,07, com o que concordou o requerente (cf. fls. 119).

Não se pode olvidar, ainda, que o contrato de alienação fiduciária goza da proteção do Código de Defesa do Consumidor.

Some-se, que o prazo para o devedor requerer a emenda da mora é o mesmo para a consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor: cinco dias após a execução da liminar.

No presente caso, cabe ressaltar que no mesmo dia que o

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mandado foi encartado aos autos, o requerido veio e depositou parte do valor do débito, e assim que alertado de que deveria complementá-lo, o fez imediatamente (cf. fls. 78/79 e fls. 99 e fls. 102) .

Dessa forma, ambas as partes obtiveram a tutela jurisdicional pleiteada.

Pelo exposto e o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no artigo 487,III, "a" do CPC.

Defiro ao requerente o levantamento das quantias depositadas, expedindo-se os necessários mandados, independentemente do trânsito em julgado da decisão.

Cabe à financeira emitir o necessário para que o bem seja liberado da restrição financeira.

Eventuais custas em aberto ficarão a cargo do requerido, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Após, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos.

Publique-se e intmem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 25 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**